



## INSTITUIÇÕES DE ENSINO E SEU PAPEL NA INCLUSÃO DOS INDIVÍDUOS: O AMBIENTE DAS BIBLIOTECAS

Francisco das Chagas de Sousa <sup>1</sup>

**Resumo:** O Estado Brasileiro, por meio da Constituição Federal, assegura a todos indivíduos o direito de exercerem plenamente sua cidadania. Isso significa que, independente de cor, raça, credo, ou limitações físicas ou de outra natureza, o indivíduo terá que ter condições para competir e concorrer com os demais. Mas para que isso aconteça, os mesmos devem ter seus direitos assegurados. Nota-se nos últimos anos, aumento no número de matrículas de pessoas portadoras de alguma deficiência física, em escolas da rede pública e instituições de ensino superior. Em qualquer instituição de ensino as bibliotecas representam o reflexo direto da importância e qualidade do ensino, portanto, deve ser um espaço democrático, em que todos tenham acesso. Entretanto esses espaços são geralmente verdadeiras barreiras às pessoas portadoras de necessidades físicas específicas. O presente trabalho objetivou por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva, avaliar a situação de acessibilidade de bibliotecas públicas e de sistemas de bibliotecas de universidades. Para a pesquisa foram utilizados artigos científicos que abordaram trabalhos na Região Sul e Nordeste do País. A conclusão do trabalho mostrou que, com exceção de uma biblioteca, todas as outras não ofereciam as mínimas condições de acessibilidade para os portadores de alguma deficiência física.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; bibliotecas; limitações físicas.

**Abstract:** The Brazilian State, through the Federal Constitution, assures all individuals the right to fully exercise their citizenship. This means that, regardless of color, race, creed, or physical or other limitations, the individual will have to be able to compete and compete with others. But for this to happen, they must have their rights assured. In recent years, there has been an increase in the number of enrollments of persons with disabilities, in public schools and higher education institutions. In any educational institution, libraries represent the direct reflection of the importance and quality of teaching, so it must be a democratic space in which everyone has access. However, these spaces are generally true barriers to people with specific physical needs. The present work aimed, through a qualitative and descriptive research, to evaluate the accessibility situation of public libraries and library systems of universities. For the research, scientific papers were used that approached works in the South and Northeast of the Country. The conclusion of the study showed that, with the exception of one library, all others did not offer the minimum conditions of accessibility for those with some physical need.

**Keywords:** Accessibility; libraries; physical limitations.

---

<sup>1</sup> Professor EBTTEfetivo do IF Sertão Salgueiro. Graduado em Química Industrial e Mestre em Química Orgânica pela Universidade Federal do Ceará.

## **Introdução**

Um dos princípios da Constituição Federal é assegurar o acesso à educação, e a permanência do indivíduo em idade adequada na escola de forma igualitária e justa. Impedindo que haja diferenciação entre os indivíduos que frequentam a mesma instituição de ensino, e permitindo que todos possam desenvolver sua plena cidadania de forma igual (NASCIMENTO et. al., 2011). A educação inclusiva busca formas e estratégias para que pessoas com limitações físicas, ou mesmo intelectuais, possam ter acesso ao ambiente escolar, sem prejuízo (PEREIRA, 2016).

A existência de políticas públicas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, muitas vezes é a única forma desses indivíduos terem seus direitos garantidos e assim conseguirem sua plenitude na sociedade. São essas políticas as responsáveis pela quebra das primeiras barreiras existentes nos ambientes educacionais, possibilitando a entrada desse público na escola.

A modificação dos espaços físicos, bem como dos recursos didáticos para melhor adequação de todos os estudantes de uma escola, tem sido cada vez mais requisitado pela sociedade, e por pais de alunos portadores de necessidades especiais. Nos últimos anos tem sido mais constante o ingresso desse público de estudantes em escolas regulares, tecnológicas, e em universidades. Isso tem provocado uma mudança na estrutura das instituições de ensino e nos seus paradigmas (SOUZA et. al., 2015).

Na história do Brasil as pessoas com deficiência física por muito tempo foram segregadas e excluídas dos demais. Apenas a partir da década de 1950 é que movimentos sociais iniciaram práticas integradoras para esse público. Incentivando, principalmente nas escolas, a cooperação e a condenação de práticas discriminatórias (PEREIRA, 2016). Uma das primeiras atitudes tomadas pelo Governo Federal para inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no universo escolar foi com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação. A Lei nº 4.024/1961 estabelecia o atendimento a pessoas com necessidades específicas na educação regular.

Segundo Souza et. al. (2015) a preocupação em adaptar o currículo escolar para o atendimento ao público especial só ocorreu a partir da década de 1990. Durante todo o período anterior à década de 1990, esse público foi tratado da mesma forma que os estudantes que não necessitavam de atendimento especial. Isso causava disparidades no aprendizado, uma vez que não conseguiam acompanhar, ou ter o mesmo desempenho dos demais estudantes.

O acesso de pessoas com deficiência física deve ser assegurado por meio da acessibilidade das suas edificações, proporcionando maior independência para os indivíduos. Dando a todos o direito de ir e vir dentro do órgão público. Entretanto muitas modificações ainda são necessárias, e mesmo a acessibilidade que muitos esperam ver e conseguir nessas instituições não é possível,

principalmente quando nos referimos ao principal ancoradouro de conhecimento dessas instituições, que são as bibliotecas. A esse respeito Cavalcanti et. al. (2015) ressaltam que “Dentro das instituições de ensino, a biblioteca é um ambiente primordial para o desenvolvimento das atividades de sala de aula, pois fornece apoio nos processos de ensino-aprendizado por meio do acesso a diferentes recursos e fontes de informação. Desta maneira, as bibliotecas precisam estar acessíveis aos seus usuários”.

Entretanto, nos deparamos no dia a dia, com situações em que esses estabelecimentos constituem-se em verdadeiros desafios para estudantes portadoras de algum tipo de deficiência física. E, além disso, os próprios funcionários das bibliotecas não estão preparados para este público, cada vez mais presentes em instituições de ensino. A esse respeito Silva e Bernardino (2015) apontam que a biblioteca deve ser um espaço democrático e para isso deve contemplar tanto a sua estrutura física, como em seus serviços condições que atendam a todos os indivíduos de forma igualitária. O autor ainda reforça que “É importante que as bibliotecas cumpram com sua função social se preocupando com a acessibilidade universal, no sentido de dar condições para que as ferramentas e dispositivos atinjam todas as pessoas, com boas condições de segurança e comodidade para que sejam utilizadas de maneira mais natural possível”.

Por tudo isso é necessários estudos periódicos e avaliações a respeito da obediência às legislações, bem como do atendimento e da acessibilidade dessas edificações às pessoas com deficiência física. O presente trabalho objetiva uma análise qualitativa e quantitativa sobre a acessibilidade de bibliotecas públicas e de bibliotecas de instituições de ensino oferecida a pessoas portadoras de alguma necessidade física.

### **Metodologia adotada na pesquisa**

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritiva. O procedimento adotado para a análise e o levantamento de dados para a pesquisa foi o levantamento bibliográfico em artigos científicos e documentos oficiais sobre o tema abordado. Dessa forma a abordagem do trabalho é descritivo-exploratória. Segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva tem entre seus objetivos, o estudo do atendimento de órgãos públicos a um determinado público.

### **Resultados e discussões**

Segundo Cavalcanti et. al. (2015): “Dentro das instituições de ensino, a biblioteca é um ambiente primordial para o desenvolvimento das atividades de sala de aula, pois fornece apoio nos processos de ensino-aprendizado por meio do acesso a diferentes recursos e fontes de informação.”

Sasaki (2011) aponta seis tópicos a serem considerados em ambientes e espaços escolares para a efetiva acessibilidade:

- i. Ausência de barreiras físicas;
- ii. Ausência de barreiras comunicacionais;
- iii. Ausência de barreiras para métodos e técnicas de estudo;
- iv. Sem barreiras para realização dos estudos;
- v. Sem normas proibitivas ao acesso discriminatório; vi. Acesso livre para as pessoas.

Cavalcanti et. al. (2015) realizaram uma pesquisa exploratória sobre a acessibilidade arquitetônica da biblioteca do campus Araranguá, do Instituto Federal de Santa Catarina. As conclusões que o autor tirou de seu trabalho foi que a biblioteca do *campus* não disponibiliza a seus usuários um ambiente físico totalmente acessível. Nenhuma das categorias analisadas atendia todos os critérios exigidos de acessibilidade. O ponto mais grave observado pelo autor *foi a localização da biblioteca no segundo andar, e seu único acesso ser uma escada*. Um ponto positivo foi o *acesso aos terminais de consulta, que teve todos os seus critérios atendidos pela biblioteca*.

Ávila et. al. (2015) escreveram um relato de experiência a respeito das ações desenvolvidas pela Biblioteca Pública do Estado da Bahia em prol de pessoas com deficiências visuais. O autor do trabalho relata a importância da biblioteca e ressalta ainda que a biblioteca ao longo de sua existência, sempre possibilitou o acesso aos mais diferentes públicos, disponibilizando para tanto, mídias, serviços e suportes alternativos. Outra pesquisa semelhante foi feita por Poty et. al. (2012), que investigaram a disponibilidade de recursos tecnológicos que promovam a acessibilidade de deficientes visuais nas bibliotecas universitárias do Piauí. Neste caso a situação foi bem diferente da descrita anteriormente. Os dados obtidos pelos autores indicam que as universidades observadas não possuem suportes adequados que promovam o acesso à informação, bem como não estão obedecendo à legislação vigente. Segundo os autores “Recursos como piso tátil direcional, sinalização em Braille, recursos de tecnologia assistiva que não requer muito investimento, não existe na maioria das bibliotecas pesquisadas”.

Baptista e Gonçalves (2016) realizaram uma pesquisa em forma de estudo de caso sobre as condições de igualdade e oportunidades para pessoas com deficiência nas bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (RS). Segundo o autor: “A construção desse estudo permitiu analisar o quanto as bibliotecas podem estar despreparadas para receber, em seu quadro funcional, pessoas com necessidades especiais devido ao ambiente físico e ao treinamento oferecido”.

Oliveira et. al. (2013) realizaram investigação a respeito da acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco. O estudo feito pelos pesquisadores mostrou a falta de acessibilidade nas bibliotecas da instituição para todos os públicos. Segundo os autores “Os usuários portadores de necessidades especiais não encontram condições adequadas de uso e

permanência nos referidos espaços. As barreiras encontradas são muitas”. Ainda segundo os autores as únicas dependências apropriadas ao atendimento dos estudantes são os banheiros, e quando estes existem.

Stroparo e Moreira (2016) realizaram pesquisa sobre a acessibilidade de alunos com deficiência no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná. O autor destaca a dificuldade que o estudante portador de deficiência física tem, para ter sua independência e seus direitos assegurados na rede de bibliotecas supracitada. Os autores abordam a existência de barreiras físicas que impedem a livre locomoção de cadeirantes, bem como a capacitação de profissionais para o atendimento melhor a esse público. O trabalho realizado por Cândido et. al. (2016) analisaram as condições de acessibilidade à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, na cidade de Fortaleza, Ceará. O trabalho fez referência a acessibilidade arquitetônica. Segundo os autores da pesquisa “A arquitetura da Biblioteca Pública analisada, como a de muitos dos prédios públicos mais antigos... apresenta uma série de obstáculos quanto às questões de acessibilidade”.

Dos seis trabalhos analisados nesta pesquisa apenas um denota o respeito às condições adversas do público que necessita de atendimento especial. Levando em conta taxas percentuais, o número de bibliotecas que atendem ao público portador de necessidades específicas está um pouco abaixo dos 20%. Entretanto devemos levar em conta que em quatro trabalhos foi analisado o sistema de bibliotecas, que muitas vezes é composto por no mínimo dez bibliotecas, entre as centrais e as setoriais. Sendo assim, o percentual de não cumprimento com a legislação vigente para o acesso aos portadores de necessidades específicas é bem mais considerável. É o percentual abaixo de 20% torna-se praticamente insignificante.

Abaixo é disponibilizado um quadro com a demanda não atendida pelas bibliotecas analisadas.

**Tabela 1** – Relação de alguns critérios não atendidos nas bibliotecas analisadas (n.a.: não atendido; A\*: atendido)

<b>Biblioteca</b>	<b>Barreiras físicas</b>	<b>Balcões adequados</b>	<b>Banheiros</b>	<b>Piso tátil</b>
<i>Campus</i> Araranguá	n.a.	n.a.	n.a	n.a.
Pública da Bahia	A*	A*	A*	A*
Universitárias de Teresina	n.a.	n.a	n.a	n.a.
Bibliotecas da Universidade Federal de Caxias do Sul	n.a	n.a	n.a	n.a.
Sistemas de Bibliotecas da UFPE	n.a.	n.a.	n.a	n.a.

Bibliotecas da UFPR	n.a.	n.a.	A*	n.a
Pública de Fortaleza	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

**Fonte:** Própria.

Pelo que está retratado na tabela acima se vê que o que acontece na realidade é o desrespeito e o não cumprimento das legislações vigentes. Esses estabelecimentos ignoram a presença das pessoas portadoras de necessidades específicas, não lhe atendendo nos seus direitos básicos. A esse respeito Ottoni et. al. (2014) ressaltam que é imprescindível que nas instituições de ensino, as barreiras e obstáculos sejam transpostos, para possibilitar a inclusão de todos os indivíduos, sejam eles deficientes ou não. Baptista e Gonçalves (2016) também deixam claro em suas conclusões, que é preciso estabelecer rupturas nos paradigmas estabelecidos e edificados. As bibliotecas precisam pensar na acessibilidade como uma forma de inclusão dentro de um sistema relacionado ao fator humano, que são as instituições de ensino.

## **Conclusões**

Com a realização do trabalho contata-se que há ainda um longo percurso para que estudantes portadores de necessidades especiais tenham seus direitos assegurados. Os resultados apresentados no trabalho deixam claro que as bibliotecas não constituem ambientes livres e acessíveis a todos os seus estudantes, salvo a Biblioteca do Estado da Bahia que atende ao público deficiente de forma adequada, como retratada na pesquisa. Entretanto se nota que a maioria dos impedimentos ao livre acesso de estudantes a essas edificações, não representam complexidade, e são dessa forma pouco onerosos às instituições seus ajustes.

Disso também se percebe que o poder público bem como suas políticas de inclusão não está funcionando. É necessário então, modificações na estrutura não só física, mas também de seu quadro funcional. A escola para receber esses estudantes precisam ter profissionais capacitados e cientes do público que possam receber. E junto a estes encontrarem formas de modificar o espaço físico e adequar as edificações para que todos possam ter seus direitos assegurados.

## Referências:

ÁVILA, R. M. et. al. Quatro décadas de experiências em acessibilidade: o caso do Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE: Cultura, Educação e Inclusão, 8., 2014, São Paulo, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014. 9 p.

BAPTISTA, M. M.; GONÇALVES, M. S. Acessibilidade para colaboradores: um estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Caxias do Sul – SIBUCS. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 497 – 515, ago/nov, 2016.

CAVALCANTI, C. A. dos P. et. al. Acessibilidade física na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, *Campus Araranguá*. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 483 – 499, set/dez, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas: 2010.

MARTINS, L. C. et. al. Utilização dos Parâmetros de Acessibilidade em edifícios públicos: estudo de caso – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel em Fortaleza. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE INTEGRAL, 7., 2016, Recife, Pernambuco. **Anais...** Recife, 2016. 12 p.

NASCIMENTO, F. C. do et. al. A ação TEC NEP – Tecnologia, educação, cidadania e profissionalização para pessoas com necessidades específicas como ferramenta de inclusão nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Científica Internacional: Inter Science Place**. Ano 4, nº 18, jul/set, 2011.

OLIVEIRA, L. M. P. de et. al. Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da UFPE: o real e o desejável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 13 p.

OTTONI, B. L. et. al. Abordagem ao usuário com deficiência visual na Rede de Bibliotecas da UNESP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE: Cultura, Educação e Inclusão, 8., 2014, São Paulo, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014. 3 p.

PEREIRA, G. A educação inclusiva e a biblioteconomia: percepções dos bibliotecários do IFB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus, Amazonas. **Anais...**Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2016. 9 p.

POTY, E. P. et. al. Acessibilidade: adequação das bibliotecas universitárias de Teresina aos portadores de deficiência visual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 35., 2012, Minas Gerais, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. 17 p.

SASSAKI, R. K. **Conceito de acessibilidade**. 2011. Disponível em:<<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 17. SILVA, C. C. de O.; BERNARDINO, M. C. R. Percepções sobre bibliotecas inclusiva. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 30 – 43, jan/jun, 2015.

SOUZA, D. P. de et. al. Projeto Curupira e a educação profissional de pessoas com deficiência no

Instituto Federal do Amazonas. **Revista Nexus de Extensão da IFAM**, v. 1, n. 1, abr. 2015.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 1, p. 209 – 222, jan./abr., 2016.